

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Cartório do 1º Ofício da 2ª Zona de Registro Geral de Imóveis e Anexos de Cariacica/ES

Luiz Claudio da Rocha Oficial Titular

SOLICITAÇÃO DE DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS Art. 18 – Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Art. 18 – Provimento-CNJ 134/2022

QUALIFICAÇÃO DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS*						
Nome completo:						
CPF: Telefone: ()						
RG: E-mail:						
Categoria do titular de dados pessoais: () usuário dos serviços () colaborador () outros (descrever):						
Informações Adicionais (informações adicionais que possam nos ajudar a localizar seus dados):						
Qualificação do Procurador ou Representante Legal do Titular (se aplicável) *						
Nome completo:						
CPF: Telefone: ()						
RG: E-mail:						
* Apresentar o instrumento que confere os poderes necessários para o ato.						

MARQUE A OPÇÃO REFERENTE AO DIREITO QUE DESEJA EXERCER:

Opção	Direito do Titular	Descrição Resumida	Fundamento Legal
()	Confirmação da existência de tratamento	Permite saber se o Delegatário Interino do Cartório do 1º Ofício Registro Geral de Imóveis e Anexos realizou qualquer tipo de tratamento dos seus dados pessoais, ainda que não se tenha certeza se você teve algum tipo de relação anterior com a Serventia. Essa opção não dará acesso aos eventuais atos de escrituração em que foram utilizados os dados pessoais, o que poderá ocorrer por solicitação de uma certidão.	Art.18, I, LGPD
()	Acesso aos dados	Permite saber sobre o tratamento de dados pessoais realizado o Delegatário Interino do Cartório do 1º Ofício Registro Geral de Imóveis e Anexos. Esse item deve ser assinalado apenas se você já teve ou ainda tem algum tipo de relação com a Serventia.	Art.18, II, LGPD
()	Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados	Permite requerer correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. Se a correção for um ato típico de escrituração registral, será aplicada a respectiva legislação.	Art.18, III, LGPD
()	Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD	Permite requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD. Essa providência será analisada com cautela, ante o princípio da publicidade que rege o sistema notarial/registral.	Art.18, IV, LGPD



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Cartório do 1º Ofício da 2ª Zona de Registro Geral de Imóveis e Anexos de Cariacica/ES

Luiz Claudio da Rocha Oficial Titular

()	Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto	Quando regulamentado pela ANPD e CNJ, permitirá saber qual é o alcance e os casos de portabilidade dos dados pessoais no âmbito notarial/registral.	Art.18, V, LGPD
()	Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular	Permite requerer eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, após a sua revogação. Essa providência será analisada com cautela, ante o princípio da publicidade que rege o sistema notarial/registral.	Art.18, VI, LGPD
()	Informação das entidades públicas e privadas com as quais a Serventia realizou uso compartilhado de dados	Permite requerer a obtenção de informações acerca do compartilhamento de seus dados pessoais com terceiros pelo o Delegatário Interino do Cartório do 1º Ofício Registro Geral de Imóveis e Anexos.	Art.18, VII, LGPD
()	Revogação do consentimento	Permite a requerer revogação do consentimento dado em momento prévio para o Delegatário Interino do Cartório do 1º Ofício Registro Geral de Imóveis e Anexos em relação ao tratamento de dados pessoais. Essa providência será analisada com cautela, ante a base legal utilizada para o tratamento dos dados pessoais pela serventia.	Art.18, IX, LGPD

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A SOLICITAÇÃO será atendida em até 15 dias corridos, conforme artigo 19 da LGPD. Documentos e informações complementares podem ser solicitados, se necessário. A cópia em PDF deste formulário será armazenada por (10) dez anos, para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (Artigo 7º., LGPD, inciso VI). A cópia física será descartada/enviada para reciclagem assim que concluído o atendimento. A veracidade das informações e fatos descritos neste formulário é responsabilidade do solicitante. (Art. 299 do Código Penal). Este pedido de informações é gratuito. Certidões referentes aos atos que nele forem informados são solicitadas mediante pagamento, conforme tabela de emolumentos em vigor.

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DO REQUERIMENTO

Como você gostaria de ser comunicado acerca do resultado da sua requisição?							
() E-mail	() WhatsApp	() Correspondência	() contato telefônico	()SMS			
Data:	/						
Assinatura do solicitante:							